

Memória da Comissão de Orçamento

Data-26 de novembro de 2009

O coordenador da Comissão de Orçamento iniciou a reunião dando a informação do recebimento de um expediente do Conselho Nacional de Saúde(CNS) que apresenta e orienta a Comissão sobre itens e prazos para análise e resolução do Relatório Anual de Gestão, conforme portarias 3332 de 2006 e 3176 de 2008.

Joel Tadeu coloca considerações sobre a importância da orientação emitida pelo CNS e que a Sesa precisa observar esses prazos para que o CES/PR emita resolução nos prazos estabelecidos.

Luis sugeriu e foi acatado pela Comissão que o documento no CNS fosse entregue ao representante da Sesa na comissão. Everton recebeu o expediente do CNS . A Comissão ressaltou que o objetivo que é que a Sesa dê as devidas providencias visando dar cumprimento ao que foi deliberado pelo CN, em novembro do corrente ano.

Elaine apresenta um documento com solicitações de esclarecimento e faz explicação sobre parte do texto:

Curitiba, 25 de novembro de 2009.

Para a Comissão de Orçamento:

A Comissão de Orçamento tem recebido informações mais detalhadas nos relatórios de prestação de contas.

Contudo, é preciso esclarecer ainda alguns gastos de janeiro a abril:

Aluguel de imóveis:

- Hemeper-R\$4.322,88
- Centro Sul de Serviços Marítimos(1 RS) - R\$35.206,20
- MSFS Administração de bens- (4RS)- R\$12.952,80
- Sindicato Rural de Pato Branco-(7RS) R\$23.619,00
- BHM locação de imóveis Para a Comissão de Orçamento:

A Comissão de Orçamento tem recebido informações mais detalhadas nos relatórios de prestação de contas.

Contudo, é preciso esclarecer ainda alguns gastos de janeiro a abril:

Aluguel de imóveis:

- Hemepar-R\$4.322,88
- Centro Sul de Serviços Marítimos(1 RS) - R\$35.206,20
- MSFS Administração de bens- (4RS)- R\$12.952,80
- Sindicato Rural de Pato Branco-(7RS) R\$23.619,00
- BHM locação de imóveis-(10RS)R\$37.669,35
- Comissionaria Panorama-(17RS)R\$42.698,22

Solicitamos o custo em reforma e adequações de unidades alugadas.

DST-AIDS:

Há registro de pagamentos de confecção de bones no valor de R\$50.240,00, confecção de camisetas-R\$80.000,00 e aquisição de sacolas-R\$20.350,00.

Formação-

Locação de equipamento- -processo 7216754-8- R\$23.570,00

Programa Leite das Crianças

Como é o processo licitatório?

Não tinha como objetivo fortalecer os pequenos pecuaristas?

Porque Manfredo Rosenfeld recebeu pagamento na ordem de

R\$411.629,90(maior pagamento registrado para um produtor)?

Água-

No que consiste o projeto de saneamento ambiental que justifique o pagamento de R\$590.416,87?

Cartão corporativo-

Na descrição dos pagamentos há o registro de que os pagamentos são destinados a passagens aéreas para servidores ou pacientes sempre na ordem de R\$60.000,00. Como funciona? Quem utiliza?

Aquisição de automóveis-

Registro de pagamento na ordem de R\$ 588.966,65 para a Renault do Brasil.

CAIF-

Para compra de material ambulatorial-hospitalar foi destinado ao CAIF- R\$8955,78. Mas nesse serviço há um convenio. O convenio não prevê o uso do recurso para esse fim?

HEMEPAR-

Aquisição de material laboratorial-R\$2501.642,43

Hospital Zona Sul e Zona norte

é sabido que para a administração desses hospitais é mantido um com o CISMENPAR que recebeu recursos. Porque a Sesa compra material hospitalar-ambulatorial? O HZS pagou R\$24.225,66 e o pagou HZN R\$12.263,83 em material hospitalar-ambulatorial.

Regionais de Saúde

1 RS- qual a finalidade do pagamento efetuado para "águas de Paranaguá", no valor de R\$109.629,59?

Porque existem diferenças tão grande em pagamento de combustível: exemplo- 1ªRS pagou R\$75.379,46. Para estabelecer comparativos apresentamos dados de outras regionais: a 2ª RS pagou no mesmo período o valor de R\$ 4347,40, a 14RS que tem muito municípios com uma distancia grande entre eles pagou o valor de R\$ 4.494,35, a 17RS pagou R\$10.186,84.

Registro ainda que a Comissão deve propor uma nova forma de apresentar esses dados ao Conselho Estadual de Saúde para propiciar maior clareza sobre os dados que chegam a comissão.

Por fim, lembro e solicito que a Sesa apresente a lista de chefias com o respectivo cargo, conforme já solicitado pela Comissão há mais de 90 dias.

Mari Elaine Rodella  
SindSaúde/PR

Luis, coordenador da Comissão, lembra da pendência e propõe que seja feito o ofício pela Secretaria Executiva reforçando a solicitação dados sobre as chefias, seus nomes e lotação.

Na sequência, discute-se o **Relatório de Gestão referente ao primeiro e segundo trimestre de 2009, no eixo execução orçamentária:**

Elaine -aponta que não deveríamos aprovar a execução orçamentária por conta de que continua a destinação de recursos que não são para serviços e ações que se enquadram com os princípios do SUS. Fala que essa posição defende o SUS e a Sesa.

Livaldo - pergunta ao representante da Sesa se eles tem batalhado para que os itens que não são saúde não permanecem no orçamento da Secretaria. Se há o esforço, reprovar o orçamento seria muito ruim e desmotivaria o gestor a tentar resolver o problema.

Elaine apresenta uma proposta de encaminhamento a ser levada para o CES/PR:

Considerando a execução orçamentária apresentada pela Secretaria Estadual de Saúde a comissão se posiciona pela **não** aprovação da execução orçamentária. Apontadas as justificativas:

- justificativa 1) permanece o pagamento de ações e serviços que não se enquadram na Lei 8080 de 1990.
- justificativa 2) o financiamento de ações que não atendem a integralidade e a universalidade, quais sejam: SAS, HPM, aposentados, pensões para hansenianos, fortalecimento do agronegócio;
- justificativa 3) recursos destinados a ações que não passaram por avaliação e deliberação do Conselho Estadual de Saúde

Claudinei- informa que a direção do Sindipetro já discutiu o tema e que o voto não é dele pessoa . O voto do Sindipetro é pela não aprovação do relatório de gestão. O Sindipetro, em anos anteriores, já protocolou no Ministério Público o pedido de análise do orçamento da saúde e o cuprimento da Emenda Constitucional 29. E o Sindipetro adotará o mesmo procedimento junto ao MP.

Terencio- informa que a discussão é de decisão pessoal. Cada um dá o seu voto. E aponta que não aprovar o relatório de gestão é mais um atraso.

Joel- afirma que escuta todo mundo. No final decide qual é o voto. Pelo que entendeu das demais colocações, vota pela aprovação com ressalva.

Livaldo- fala que o usuário sofre lá na ponta com a falta de atendimento. Cita a greve em Londrina. Diz que sabe o que diz a Emenda Constitucional 29 e que defende a aplicação da EC. Mas acha que não ajuda em nada o fato da Comissão apontar para a não aprovação do relatório de gestão.

Juvelina- ressalva que as modificações tem de ser feitas na LOA. E que se a modificação na LOA não é feita, na hora de discutir o Relatório de Gestão tem de aprovar com ressalva.

Elaine- cita que são 9 anos que o Estado não corrige as distorções. Que são 9 anos que o CES/PR aprova o relatório e a execução orçamentaria com ressalva e isso ajudou no que? Que o atendimento é insuficiente porque ele é resultado do sub- financiamento do SUS, do escasso recurso da Sesa. Porque o Paraná não pode investir 12% do seu orçamento em saúde, sendo que o Amazonas investi perto de 25%? Pergunta porque a gestão pressiona o CES e a Comissão para aprovar o orçamento e sua realização? Defende que tem de inverter essa logica e o controle social tem a atribuição de pressionar a Sesa e o governo. Defende a desaprovação do Relatório no item execução orçamentária como forma de pressionar o gestor, como demonstração de que o CES apoia a Sesa já que defende mais recursos para a gestão do SUS. Lembra que o 12% é o minimo obrigatório.

Claudinei- Explica que sabe da pratica frequente de sindicatos que tem conveniade saúde empresarial. Que nos acordos coletivos muitas vezes é negociado a aquisição de plano privado de saúde. Mas isso é uma aberração porque o custo de convenios privados são abatidos 100% no imposto de renda. Afirma que seus familiares usam o SUS e vai com frequencia a unidades públicas. Que é público que o Paraná não aplica 12% em saúde. Por tudo isso o Sindipetro não aprova as contas do governo do estado.

Joel- diz que respeita a todos, mas em sua opinião a aprovação com resslava é a mais adequada. E é o ususário que sofre na base.

Livaldo- vou dar meu parecer todos nós sabemos que a EC 29 não vem sendo repetida. Mas nem por isso podemos jogar tudo fora. A aprovação com ressalva é o seu voto.

Luis- coordenador da Comissão encaminha a discussão e aponta que há duas propostas. Cumprindo o regimento interno do CES que diz que quando não há consenso vai para o plenário do CES as propostas apresentadas a Comissão.

Everton- afirma que o percentual de aplicados em saúde são verificados no outro exercício e que pela situação em que houve suplementação financeira, inclusive em decorrência da gripe influenza A, acredita que 12% será atingido.

Elaine- enfatizou que respeita a opinião do gestor, mas discorda de que o Estado conseguirá atingir o mínimo constitucional. Alega que como parte significativa dos recursos estão destinados a setores estranhos ao SUS e que isso não se reverte por conta da gripe A. é uma decisão maior, de prioridade.

Claudinei- pergunta qual é a origem dos recursos que foram alocados para compra de material e demais investimentos na INfluenza A. Que esses dados devem ser disponibilizados ao CES.

Noraci- explica que não vota mas tem opinião. Afirma que a ressalva não tem maior sentido e aprovar com ressalva não adianta nada. A verba da saúde continua sendo usada em outras secretarias de Estado.

### **A seguir debate-se o item :Programação Anual de Saúde- 2009**

Elaine não há porque aprovar PAS já que estamos no final do ano. Elaine relembra que houve pactuação que o PAS 2010 deveria ser apresentada em novembro na comissão.

Luis- fala que o PAS ficou muito difícil de discutir por ser no final do ano. E que há itens que estão no PAS e que precisa de maior explicação ou que os indicadores não estão apontados na Programação.

Elaine lembra que na reunião extraordinária da Comissão realizada em setembro ela entregou na Comissão uma avaliação do PAS que questionava algumas das ações definidas como prioritárias, que as estratégias no eixo gestão do trabalho estão descoladas da realidade e que a discussão sobre o modelo de gestão dos hospitais aponta para uma terceirização dos serviços.

Joel- afirma que os convenios firmados para administração com fundações e outras entidades. O Estado constroi hospitais e depois entrega para outras organizações. Defende o concurso público e diz que a entrega dos equipamentos públicos a fundações e demais formas de entrega do patrimonio público.

A comissão discutiu e decidiu que a proposta de Programação Anual de Saúde para o ano de 2010 deve ser entregue ao CES/PR até o dia 15 de janeiro. E que a Secretaria Executiva oficialize a gestão estadual.

As 11 horas e 5 minutos encerrou a reunião da Comissão.

Relatora(somente nessa reunião) - Elaine Rodella